

7 de Março de 2014



ANS

AOFA



AOFA



AP

**Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Presidente do Tribunal Constitucional**

**ASSUNTO:
AS REDUÇÕES DAS REMUNERAÇÕES, OS CORTES NAS PENSÕES DE
REFORMA E DE SOBREVIVÊNCIA E OUTRAS MEDIDAS QUE VÊM
AFECTANDO DRAMATICAMENTE OS MILITARES**

Sabendo, embora, que quer as organizações de cidadãos quer os cidadãos individualmente considerados não podem submeter à apreciação do douto Tribunal Constitucional (TC) a verificação da constitucionalidade das medidas que os afectam, não podemos, no entanto, deixar de solicitar a V. Exa. se digne dar a conhecer a Sua Exa. o respectivo Presidente a situação dramática em que muitos militares se encontram, por não conseguirem honrar compromissos, assumidos numa altura em que não era previsível que o Estado, através dos Governos, deixasse de cumprir o que, livremente, garantira em letra de lei.

Ao fazê-lo, cumprimos a resolução aprovada numa Iniciativa Pública promovida pelas três Associações Profissionais de Militares em 13 de Fevereiro passado, que decorreu sob o lema **“2014: o ano em que exprimir a indignação já não é suficiente”**.

Ao fazê-lo, não invocaremos os pressupostos legais que fazem com que milhões de portugueses olhem para o Tribunal Constitucional como a sua última esperança.

Ao fazê-lo, limitamo-nos a ter presentes situações, inimagináveis há apenas alguns anos, em que militares têm que mendigar os restos das refeições servidas nas suas unidades, para conseguirem alimentar os seus.

Ao fazê-lo, limitamo-nos a considerar o conhecimento de inúmeros casos em que as pensões de reforma ou sobrevivência, devido aos cortes, já não chegam para ajudar descendentes desempregados que têm uma outra família a seu cargo ou, até, para pagarem os lares em que se encontravam os seus beneficiários.

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780-064 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax 214 406 802 • E-Mail: geral@aofa.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt



ANS



AOFA



AP

Ao fazê-lo, limitamo-nos a dar conta da situação de militares, deslocados da sua residência, que não conseguem prestar o apoio presencial de que a família carece, por não disporem de meios para se deslocarem.

Ao fazê-lo, não podemos esquecer um quadro, apresentado como transitório, mas que veio sempre a agravar-se, em que os recursos colocados à disposição dos militares, em todas as situações, e respectivas famílias, vêm diminuindo drasticamente, ano após ano.

Ao fazê-lo, não podemos nem queremos esquecer os nossos concidadãos, em especial, não só os que enfrentam o terrível flagelo do desemprego, como também todos os outros servidores do Estado, os pensionistas e os reformados, que têm estado na linha da frente dos pesados sacrifícios que vêm sendo impostos aos Portugueses.

Ao fazê-lo, não podemos esquecer que entrámos no quarto ano de austeridade e, com ele, ultrapassados, de há muito, os limites invocados em acórdãos anteriores do douto Tribunal Constitucional, agravaram-se as medidas que nos são impostas, decorrentes dos Orçamentos do Estado, Orçamentos Rectificativos e diplomas de matriz semelhante.

Entre elas:

- A redução das remunerações, potenciada no OE de 2014, numa expressão tal que conduzirá muitos militares, a situações de insolvência familiar, incapazes de satisfazer compromissos antes assumidos;
- As condições em que se processam as promoções, que, em conjugação com outras medidas avulsas (situação de reserva, alterações ao EMFAR), pervertem o quadro legal existente e fazem crescer, para além do mais, sentimentos de injustiça e desmotivação, agravados com o que se antevê quanto às carreiras;
- A redução de efectivos e as consequências daí advenientes, sem que se conheça qualquer estudo ou avaliação aprofundada que sustente uma redução desde há muito definida;
- A situação dos militares em Regime de Voluntariado e Contrato, de que se destaca a falta de respeito por condições contratualmente definidas;
- A alteração às regras do Suplemento de Residência, concorrente para o aprisionamento dos militares nos quartéis;
- A Assistência na Doença aos Militares (ADM) com alterações que, inversamente ao que dispõe o quadro legal, discriminam de forma negativa e iníqua os militares, o mesmo se passando com a saúde hospitalar, em profunda degradação;

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax 214 406 802 • E-Mail: aofa@sapo.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt

Associações Profissionais de Militares



ANS

AOFA



AOFA



AP

- A degradação da situação da Acção Social Complementar a cargo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), na altura em que mais necessária se tornava;
- A extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA), mecanismo essencial para garantir alguma estabilidade e dignidade na velhice;
- O tratamento dado aos militares no âmbito da Reforma, quer no respeitante ao seu cálculo, quer no confisco, mascarado de “Contribuição Extraordinária de Solidariedade”, agravada num recente Orçamento Rectificativo, assumindo autenticamente o estatuto de dupla e até tripla tributação a que são sujeitos, sem levar em conta, ainda por cima, no caso das pensões mais antigas, a degradação a que têm sido sujeitas;
- O corte de pensões de sobrevivência de viúvas, deixando a maioria em situações difíceis, naquilo que configura o confisco do resultado dos descontos de quem já morreu, num desrespeito total pela memória dos que deram o seu melhor ao serviço da Pátria.

A acrescentar a tudo isto anunciam-se novos cortes nas remunerações e nas pensões e, desta vez, definitivos, o que faz crescer uma grande preocupação quanto ao futuro, mas, também, uma crescente e indisfarçável indignação.

Sabendo que nem sempre a adequada informação chega aos que têm a enorme responsabilidade de decidir, resolvemos dar a conhecer ao Tribunal Constitucional algumas das muitas situações em concreto, não duvidando de que elas serão decisivas para formular os juízos que se impõem.

Com os melhores cumprimentos,

Pelas ANS, AOFA e AP

Os Presidentes

ANS – António Lima Coelho/Sargento-Mor

AOFA – Manuel Martins Pereira Cracel/Coronel

AP – Luís Medeiros Reis/Cabo

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax 214 406 802 • E-Mail: aofa@sapo.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt